

CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A.

CNPJ/MF nº 60.829.215/0001-41 - NIRE 3530005381

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JANEIRO DE 2026

1. Local, Dia e Hora: Na sede da Conter Construções e Comércio S.A. ("Companhia"), na Rua Altamira do Paraná, nº 34, Vila Jaguara, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-020, às 16h do dia 15 de janeiro de 2026.

2. Convocação e Presença: Convocação dispensada nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Olavo Amorim Silveira Neto; e Secretária: Maria Cristina Leite Silveira. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a ratificação do prazo de integralização do aumento do capital social da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2025, conforme Ata registrada na Jucesp sob nº 004.791/26-5, em sessão de 13/01/2026; (ii) a autorização aos membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação dos itens constantes da ordem do dia; e (iii) consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e, por unanimidade e sem reservas, deliberaram pela aprovação de: (i) Ratificar o prazo de integralização do aumento do capital social da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2025 ("AGE"), conforme Ata registrada na Jucesp sob nº 004.791/26-5, em sessão de 13/01/2026, no valor total de R\$ 200.000.000 (vinte milhões de reais), mediante a emissão de 29.352.798 (vinte e nove milhões, trezentas e cinquenta e duas mil, setecentas e noventa e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,6813 (valor aproximado) por ação. As ações emitidas foram subscritas pelos acionistas por ocasião da AGE, proporcionalmente a sua participação no capital social da Companhia e deverão ser integralizadas pelo acionista em moeda corrente nacional, até 31/12/2026, em uma ou mais parcelas, mediante chamadas de capital a serem realizadas pela Diretoria, nos termos dos boletins de subscrição ratificados que seguem como Anexos I, II, III, IV e V a presente ata. Diante disso, ratifica-se o prazo de integralização que constou no Artigo 5º como sendo até "15 de janeiro de 2026" quando o correto era até "31 de dezembro de 2026". Desse modo, o artigo 5º passará a vigorar com a seguinte e nova redação: "Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 121.200.000,00 (cento e vinte e um milhões e duzentos mil reais), dividido em 69.952.798 (sessenta e nove milhões, novecentas e cinquenta e duas mil, setecentas e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, indivisíveis em relação à sociedade, das quais (i) 40.600.000 (quarenta milhões e sessentas mil) encontram-se subscritas e integralizadas e (ii) 29.352.798 (vinte e nove milhões, trezentas e cinquenta e duas mil, setecentas e noventa e oito) foram subscritas e serão integralizadas até 31 de dezembro de 2026, nos termos do Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de dezembro de 2025". Ratificam-se, ainda, os Boletins de Subscrição, conforme Anexos I a IV, visto que no campo "Prazo para Integralização", constou como sendo até "15 de janeiro de 2026" quando o correto é até "31/12/2026". A Diretoria aproveitou a oportunidade para relembrar aos acionistas que, além do aumento de capital aprovado em 18 de dezembro de 2025 — cuja integralização ocorrerá mediante chamadas de capital a serem realizadas pela Diretoria, nos termos desta ata —, será necessário aporte adicional de recursos ao capital social da Companhia, o qual será objeto de deliberação posterior em Assembleia Geral, conforme previamente discutido em reunião realizada em 12 de setembro de 2025. (ii) Autorizar os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas, inclusive, mas não a tanto se limitando, realizar as chamadas de capital nos termos aqui previstos e a levar esta ata a registro perante a Junta Comercial; e (iii) Aprovar a Consolidação do Estatuto Social, conforme Anexo VI. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada com a lavratura desta ata, que lida e conferida, foi toda conforme e assinada eletronicamente por todos os acionistas e membros da mesa. **Mesa:** São Amorim Silveira Neto - Presidente, Maria Cristina Leite Silveira - Secretária. Jucesp nº 253.120/26-3 – Marina Centurion Dardani – Secretária Geral. Anexo VI ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A. CNPJ/MF nº 60.829.215/0001-41 NIRE 3530005381 (Consolidado com as alterações introduzidas pelas Assembleias Gerais realizadas em 30/04/2013, 17/04/2006, 09/04/2012, 18/12/2025 registradas perante a JUCESP sob os nºs 94.576/03-8, 106.523/06-5, 156.451/12-8, 004.791/26-5 respectivamente) **CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO Artigo Primeiro:** A CONTER CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO S.A. é uma sociedade anônima, regida por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo:** A Sociedade tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo/SP, na Rua Altamira do Paraná, nº 34 – Vila Jaguara, podendo, por deliberação de sua Diretoria, criar e extinguir filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos do seu interesse em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Artigo Terceiro:** A Sociedade tem por objeto social a execução, em todo o território nacional ou no exterior, de obras particulares ou públicas concernentes ao ramo de engenharia civil, tais como: (1) edificações públicas e privadas; terraplanagem, drenagem, pavimentação e obras complementares de sistema viários, urbanos ou rurais; rodovias; ferrovias; metrópoli, portos e aeroportos, inclusive corredores, terminais, estações, pilões e edificações de apoio; obras de arte, pontes e viadutos; túneis e barragens; construção, ampliação ou recuperação de obras portuárias e vias navegáveis, inclusive obras de proteção; obras de drenagem, dessassoreamento, inclusive serviços sub-aquáticos, para manutenção ou retilificação de rios e canais; obras de saneamento, de tratamento, de reserva e distribuição de água; interceptação, condução e tratamento de efluentes sanitários e industriais; oleodutos, gasodutos e demais dutos especiais; implantação e urbanização de loteamentos próprios ou de terceiros; (2) serviços de limpeza pública, inclusive transportes e beneficiamento de lixo; (3) exploração de serviços públicos sob regime de concessão, de privatização, de permissão ou outro qualquer, ainda que desvinculados de sua construção; (4) elaboração de projetos de engenharia civil; (5) usinagem de concreto asfáltico e artefatos de concreto para consumo próprio ou venda a terceiros; (6) importação e exportação de máquinas, equipamentos e materiais para uso próprio; (7) compra e venda de materiais de construção em geral. A sociedade poderá participar em outras empresas como sócia quotista, acionista ou em conta de participação. **Artigo Quarto:** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II DO CAPITAL DAS AÇÕES Artigo Quinto:** O capital social da Companhia é de R\$ 121.200.000,00 (cento e vinte e um milhões e duzentos mil reais), dividido em 69.952.798 (sessenta e nove milhões, novecentas e cinquenta e duas mil, setecentas e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, indivisíveis em relação à sociedade, das quais (i) 40.600.000 (quarenta milhões e sessentas mil) encontram-se subscritas e integralizadas e (ii) 29.352.798 (vinte e nove milhões, trezentas e cinquenta e duas mil, setecentas e noventa e oito) foram subscritas e serão integralizadas até 31/12/2026, nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2025, registrada na JUCESP sob nº 004.791/26-5, ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/01/2026. **Artigo Sexto:** Todas as ações da sociedade terão a forma nominativa e escritural, podendo, a critério da Assembleia Geral, permanecer em conta de depósito em instituição financeira autorizada, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, de conformidade com o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Único:** Cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Artigo Sétimo:** A Sociedade poderá, mediante autorização da Assembleia Geral, adquirir as próprias ações para fins de cancelamento ou permanência em tesouraria, para posterior alienação, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL Artigo Oitavo:** A Assembleia Geral dos Acionistas realizar-se-á, ordinariamente, dentro dos primeiros quatro meses subsequentes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação, observados prazos e disposições legais aplicáveis. **Artigo Nono:** O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente da sociedade, que comandará o exercício da administração, na condução da mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia. **Parágrafo Único:** Ressalvas das exceções previstas na legislação em vigor, a Assembleia Geral será convocada pelo Presidente, devendo os comunicados de convocação conter a ordem do dia, data e local de sua realização e atender aos requisitos da legislação vigente. **Artigo Décimo:** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvas das exceções previstas na legislação em vigor e no presente Estatuto, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. **Parágrafo Primeiro:** As atas das Assembleias Gerais serão assinadas pelos integrantes da mesa e por todos os Acionistas presentes. Uma cópia das atas será arquivada no Registro do Comércio e publicada na forma da legislação vigente. **Parágrafo Segundo:** Os Acionistas poderão se

O.E.S. Participações S.A.

CNPJ 07.594.905/0001-86 NIRE 35300325427

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: em 30 de abril de 2026, às 15h00, na sede social da O.E.S. PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Paulista, 1938, 17º andar, em São Paulo (SP). **MESA:** Presidente: Paulo Setubal Neto - Presidente; e Ricardo Egydio Setubal - Secretário. **QUORUM:** acionistas representando a totalidade do capital social, tendo sido dispensada a convocação consoante Artigo 124, 5º, da Lei nº 6.404/76. **PRESEÇA LEGAL:** administradores da Companhia, conforme Artigo 134, §1º, da Lei nº 6.404/76. **DELIBERAÇÕES TOMADAS:** os acionistas deliberaram, por unanimidade: 1. aprovar as Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025, publicadas em 08.04.2026 no "Jornal O Dia SP" (pág. 8) e em seu website (https://www.jornaliadosp.com.br/wp-content/uploads/2026/04/ODIA_08-04-26_DIGITAL-Manifesto.pdf); 2. aprovar a destinação proposta para o lucro líquido do exercício de 2025, consignada nas referidas demonstrações financeiras, ficando ratificada a distribuição de dividendos declarada pela Diretoria em reuniões de 30.06.2025 e 19.12.2025, imputados ao valor do dividendo obrigatório do exercício de 2025; 3. comprar a Diretoria, para o mandato anual que se estenderá até a posse dos que vierem a ser eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2027, mediante reeleição de: (i) **Diretor Presidente:** PAULO SETUBAL NETO, engenheiro, RG-SSP/SP 4.112.751-1, CPF 638.097.888-72; (ii) **Diretores Vice-Presidentes:** ALFREDO EGYDIO SETUBAL, administrador, RG-SSP/SP 6.045.777-6, CPF 014.414.218-07; RICARDO EGYDIO SETUBAL, administrador, RG-SSP/SP 10.359.999-X, CPF 033.033.518-99; e ROBERTO EGYDIO SETUBAL, engenheiro, RG-SSP/SP 4.548.459-5, CPF 007.738.228-52; e (iii) **Diretores Gerentes:** GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA, administrador, RG-SSP/SP 21.595.161-X, CPF 269.253.728-92; JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL, médico, RG-SSP/SP 4.576.680-6, CPF 011.785.508-18; e OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR, administrador, RG-SSP/SP 4.523.271-4, CPF 006.447.048-29, todos: brasileiros, casados, domiciliados na Avenida Paulista, 1938, 17º andar, em São Paulo (SP). **3.1.** registrar que os eleitos atendem às condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76, conforme declarações arquivadas na sede da Companhia; e 4. fixar a verba global e anual destinada à remuneração dos membros da Diretoria em até R\$ 200.000,00, que compreende também as vantagens ou benefícios de qualquer natureza que eventualmente vierem a ser concedidos. **CONSELHO FISCAL:** não houve manifestação do Conselho Fiscal, por não se encontrar em funcionamento. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS NA REDE:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31.12.2025. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que foi lida, aprovada e assinada de forma eletrônica pelos acionistas por meio da plataforma DocuSign, que declararam e reconheceram que este documento: (a) é válido e eficaz entre os acionistas; e (b) tem valor probante, pois está apto a conservar a integridade de seu conteúdo e é idôneo para comprovar a autoria das assinaturas, desde já renunciando a qualquer direito de alegar o contrário e assumindo o ônus da prova em sentido contrário. São Paulo (SP), 30 de abril de 2026. (i) Paulo Setubal Neto - Presidente da Assembleia; Ricardo Egydio Setubal - Secretário da Assembleia. **Acionistas:** (aa) Alfredo Egydio Setubal; Alfredo Egydio Nugent Setubal; Beatriz de Mattos Setubal; Bruno Rizzo Setubal; Camila Setubal Lenz Setubal; Fernando Setubal Souza e Silva; Gabriel de Mattos Setubal; Guilherme Setubal Souza e Silva; José Luiz Egydio Setubal; Julia Guidon Setubal; Lúcia Rizzo Setubal; Marcelo Ribeiro do Valle Setubal; Mariana Lucas Setubal; Marina Nugent Setubal; Olavo Egydio Mutarelli Setubal; Olavo Egydio Setubal Júnior; Paulo Egydio Setubal, por si e na qualidade de procurador de Carolina Marinho Lú Setubal; Paulo Setubal Neto; Ricardo Egydio Setubal, por si e na qualidade de curador de Patrícia Ribeiro do Valle Setubal; Roberto Egydio Setubal; Rodrigo Ribeiro do Valle Setubal; e Tide Setubal Souza e Silva Nogueira. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 30 de abril de 2026. (aa) Guilherme Setubal Souza e Silva - Diretor Gerente; Ricardo Egydio Setubal - Diretor Vice-Presidente e Secretário da Assembleia. JUCESP sob nº 221.084/26-5, em 27.05.2026. (a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

êxes

Êxes Securitizadora S.A.
CNPJ/MF nº 55.085.811/0001-24 - NIRE 353.0063773-9

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 02/04/2026

Data, Hora e Local: Realizada em 2 de abril de 2026, às 10:00 (dez) horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2.748, conjuntos 121 e 122, 12º andar, sala 2, Pinheiros, CEP 05402-500. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação (i) do edital de convocação nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76; e (ii) do anúncio previsto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Marina Gottschalk de Queiroz; Secretário: André Rocha Nazare. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a apreciação e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025. **Deliberações:** Examinada e deliberada a matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas presentes aprovaram, na integralidade, da forma unânime e sem ressalvas. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratar, a Sra. Presidente deu a palavra a quem dela quisera fazer uso, e, como ninguém se manifestou, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, logo após, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Mesa:** Marina Gottschalk de Queiroz - Presidente; André Rocha Nazare - Secretário. **Sócios:** Bruno Alexandre Licianio Rocha, Artur Carneiro da Silva. **Êxes Participações e Investimentos Ltda.** - Bruno Alexandre Licianio Rocha e Artur Carneiro da Silva - Diretores.

êxes

Êxes Securitizadora S.A.
CNPJ nº 55.085.811/0001-24 - NIRE 35300637739

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22/12/2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 22 de dezembro de 2025, às 10 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2.748, conjuntos 121 e 122, 12º andar, sala 2, Pinheiros, CEP 05402-500. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação prévia, conforme o disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976 e suas posteriores alterações ("Lei das S.A."), diante da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa:** Presidência pelo Sr. Bruno Alexandre Licianio Rocha e secretariado pelo Sr. Felipe Augusto da Costa Malta Moreira. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** 4.1. Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que como já era o conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade deliberar sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional. **4.2. Distribuição de Dividendos:** 4.3. Resolver os acionistas, por **Unanimidade**, e sem quaisquer ressalvas, aprovar a distribuição de dividendos que vierem a ser distribuídos à Êxes Securitizadora S.A. pelas sociedades por ela investidas, relativos aos lucros acumulados até o exercício de 2025, de forma desproporcional, quanto à sua realização, em favor dos acionistas, conforme acordado e avençado, mediante comunicações eletrônicas de e-mail formalizando os valores e data de pagamento, ficando desde já estabelecido que tais dividendos deverão ser integralmente pagos até 31 de dezembro de 2026. **4.4. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta ata que se refere a esta Assembleia, que foi aprovada e assinada em livro próprio, conforme facultado pelo artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, pela unanimidade dos acionistas da Companhia, representando 100% (cem por cento) das ações que compõem o capital social da Companhia, e pelos membros da Mesa: Bruno Alexandre Licianio Rocha - Presidente e Felipe Augusto da Costa Malta Moreira - Secretário. Ainda, os acionistas presentes atestam os registros e as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, nos termos do artigo 127 da Lei das Sociedades por Ações. *Atesto que esta é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio.* São Paulo, 22 de dezembro de 2025. **Felipe Augusto da Costa Malta Moreira** - Secretário.

êxes

Êxes Securitizadora S.A.
CNPJ/MF nº 55.085.811/0001-24 NIRE 35300637739

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07/11/2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 7 de novembro de 2025, às 16 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2.748, conjuntos 121 e 122, 12º andar, sala 2, Pinheiros, CEP 05402-500. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, conforme o disposto no § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, e do anúncio previsto no art. 133 da Lei nº 6.404, 15 de dezembro de 1976 e suas posteriores alterações ("Lei das S.A."), em virtude da presença da totalidade dos subscritores do capital social da Companhia, a saber: (i) **Êxes Participações e Investimentos Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Rebouças, nº 2.748, conjuntos 121 e 122, 12º andar, sala 2, Pinheiros, CEP 05402-500, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.455.945/0001-17, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35230723186 ("Êxes Participações"), neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Artur Carneiro e Bruno Licianio, abaixo qualificados; (ii) **Artur Carneiro da Silva**, brasileiro, natural do Rio de Janeiro/RJ, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, nascido em 31.03.1982, portador da Cédula de Identidade nº 11.036.189-6 DICI/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 091.959.147-3 com seu registro profissional no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) sob nº 2.748, conjuntos 121 e 122, 12º andar, sala 2, Pinheiros, CEP 05402-500, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.455.945/0001-17, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35230723186 ("Êxes Participações"), neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Artur Carneiro e Bruno Licianio, abaixo qualificados; (iii) **Artur Carneiro da Silva**, brasileiro, natural do Rio de Janeiro/RJ, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, nascido em 31.03.1982, portador da Cédula de Identidade nº 11.036.189-6 DICI/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 091.959.147-3 com seu registro profissional no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) sob nº 2.748, conjuntos 121 e 122, 12º andar, sala 2, Pinheiros, CEP 05402-500, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.455.945/0001-17, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35230723186 ("Êxes Participações"), neste ato representada por seus Diretores, os Srs. Artur Carneiro e Bruno Licianio, abaixo qualificados; (iv) **Bruno Alexandre Licianio Rocha**, brasileiro, natural de Franca/SP, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, nascido em 18.02.1979, inscrito na OAB/SP sob nº 210.431, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.400.679-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 278.107.688-08, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2.748, conjuntos 121 e 122, 12º andar, Pinheiros, CEP 05402-500 ("Bruno Licianio") e **Mesa:** Presidência pelo Sr. Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio e secretariado pela Sra. Brenda Barros Neves. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incluídos Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários, e Debêntures, até o limite global de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), por prazo indeterminado, a qual foi aprovada por unanimidade pelos acionistas. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa:** **Tiago Augusto dos Santos Silva Licianio** e **Brenda Barros Neves**. **4.2. Ordem do Dia e Deliberações:** **4.1. Aprovação da Emissão:** 4.2. O Sr. Presidente declarou instalada a presente assembleia e informou que, como já era do conhecimento de todos, tinha a mesma por finalidade a autorização para emissões de Certificados de Recebíveis, incl

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL E NOTIFICAÇÃO - SICOOB S/A. - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - COOPERATIVA DE ECONOMIA CRÉDITO MÚTUO - SICOOB CREDSAÚDE, e inscrita no CNPJ nº 02.072.790/0001-46, na sede à Rua Alferes Jose Caetano, 1339, Centro, Piracicaba/SP, CEP: 13.400-123, doravante denominado COMITENTE, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto, leilão para alienação do imóvel de sua propriedade, relacionado no Anexo I, parte integrante deste Edital. DEVEDOR FIDUCIANTE: **MARCO AURELIO BELLATO KALUF**, inscrito no CPF/MF sob nº 258.696.418-70 e RG sob nº 21.693.145-3 SSP/SP, com endereço **Rua Monsenhor Rosa, nº 2199, centro, Centro – Franca/SP**. O leilão será regido pelas normas e disposições, consignadas neste Edital e regras aplicáveis de Direito Privado. O leilão terá início a partir da data da liberação do imóvel no site e será realizado de modo on-line através do portal www.leiloesgold.com.br, estando a cargo do Leiloeiro Oficial, **Sr. Uilian Aparecido da Silva, matriculado na JUCESP sob nº 958**, com escritório à Rua Serra de Botucatu, 1195 – 5º andar - Cj 58 - Tatuapé, São Paulo/SP, CEP: 03568-060. 1. OBJETO 1.1. **Matrícula 52.673 do 1º CRI de Franca/SP**; PRÉDIO COMERCIAL: contendo sua descrição na matrícula a seguir: Uma casa de Moradia, situado nesta cidade e comarca de Franca, 1º Subdistrito, situado a Rua Ouvidor Freire, nº 91, atualmente nº 1.375, Cetro Franca-SP, e seu respectivo terreno, medindo 10,00m de frente para o nascente e referida Rua Ouvidor Freire, igual dimensão no fundo-poente, confrontando com Paulo Rocha de Freitas; por 21,70m de cada um dos lados, da frente aos fundos, confrontando de um lado com o prédio 81 e do outro lado-norte com prédio 99. CONTRIBUINTE nº 2.11.06.003.04.01. **Consta da matrícula na Av-14-52.673**, em 20.06.2022 – conforme Cédula de crédito Bancário 47239, Marco Aurélio Bellato Kaluf, deu o imóvel objeto desta matrícula em Alienação Fiduciária em favor de Sicoob- Credsaúde: **Consta da matrícula na Av-15-52.673**, em 13.09.2024 – Tornou-se Indisponível os Direitos de Fiduciante do imóvel: **Consta da matrícula na Av-16-52.673**, em 25.05.2026 – CONSOLIDAÇÃO EM NOME DE SICOOB – CREDSAÚDE 1.2. **(DESOCUPAÇÃO POR CONTA DO ARREMATANTE)**. 1.3. **DEBITOS FISCAIS: será de responsabilidade do COMITENTE**. 2. DAS DATAS E LANCE MÍNIMO 2.1. Por se tratar de alienação fiduciária, o lance mínimo em PRIMEIRO LEILÃO não poderá ser abaixo do valor de mercado **R\$ R\$ 545.000,00** (quinhentos e quarenta e cinco mil reais), tendo sua data o término para o dia **02/07/2026, às 14:00 horas**. 2.2. E conforme informado pelo COMITENTE, em SEGUNDO LEILÃO, fica fixado o valor de lance mínimo em **R\$ 325.947,43** (trezentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e três centavos), tendo sua data de encerramento para o dia **22/07/2026, às 14:00 horas**. 3. DA HABILITAÇÃO 3.2. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar no site www.leiloesgold.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE. 4. DOS LANCES 4.1. O envio de lances se dará exclusivamente através do site www.leiloesgold.com.br, respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes na sala do leilão presencial, na disputa pelo lote do leilão. 4.2. O proponente vencedor por meio de lance on-line terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente, para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro (em caso de lance a vista), conforme edital. No caso do não cumprimento da obrigação assumida, o prazo estabelecido, estará o proponente, sujeito a sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. 5. CONDIÇÕES DE VENDA 5.1. O imóvel será vendido a quem maior lance oferecer, em moeda nacional, em leilão de modo on-line, obedecidas às condições deste edital, reservando-se aos COMITENTES, o direito de liberar ou não o imóvel, pelo maior preço alcançado, bem como, retirar, quando for o caso, de acordo com seu critério ou necessidade, por intermédio do leiloeiro. 5.2. Os interessados na aquisição do imóvel poderão apresentar proposta de **pagamento parcelado em até 04 (quatro) parcelas**, observando-se o pagamento de **entrada mínima correspondente a 30%** (trinta por cento) do valor ofertado, no ato da arrematação, sendo o saldo **remanescente quitado em até 03 (três) parcelas sucessivas**, com vencimentos em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias. As parcelas vincendas serão **corrigidas monetariamente pelo índice IPCA-E**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo. Na hipótese de **atraso no pagamento** de qualquer parcela, incidirá multa **moratória de 10% (dez por cento)** sobre o valor da prestação em atraso, **sem prejuízo da atualização monetária e dos demais encargos legais cabíveis**. Persistindo a **inadimplência**, poderá ser decretado o **cancelamento da arrematação, com a consequente perda dos valores pagos a título de sinal**, sem prejuízo das demais medidas previstas em lei e neste edital. Os interessados deverão, previamente à apresentação de lances ou propostas, ler atentamente todas as condições estabelecidas neste edital, bem como realizar visita e vistoria do imóvel, caso entendam necessário, não podendo alegar posteriormente desconhecimento quanto às características, condições físicas, estado de conservação, ocupação ou quaisquer outros aspectos relacionados ao bem arrematado. 5.3. A venda será celebrada em caráter "AD CORPUS", ou seja, as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação e divulgação deste leilão, são meramente enunciativas, não cabendo ao adquirente, por conseguinte, exigir complemento de áreas, redamar de eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos do imóvel apregoado, ou alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação, não lhes sendo possível pleitear, a rescisão do contrato ou abatimento proporcional do preço, em qualquer hipótese. 5.4. Todos os débitos incidentes sobre o imóvel, que tenham fato gerador a partir da data da realização do leilão, serão de exclusiva responsabilidade do arrematante. 5.5. Os interessados deverão identificar-se previamente, das restrições impostas pela legislação municipal, estadual ou federal, aplicáveis ao imóvel, no tocante às restrições de uso do solo ou zoneamento, e ainda, das obrigações e dos direitos, decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, às quais, estarão obrigados a respeitar, por força da arrematação do imóvel. 5.6. Os lances serão ofertados em moeda corrente nacional, obedecidas às condições deste edital. 5.7. Somente serão aceitos, lances realizados por pessoas físicas ou jurídicas, regularmente constituídas e com personalidade jurídica própria. 5.8. Os interessados, se pessoa física, deverão portar documentos para identificação (RG e CPF). Menor de 18 anos, só poderá adquirir imóvel, se emancipado ou assistido, por seu representante legal. 5.9. Se pessoa jurídica, os representantes deverão estar munidos de cópias autenticadas do CNPJ, Estatuto ou Contrato Social e alterações, onde conste, a forma de representação da empresa. 5.10. Outros documentos poderão ser solicitados pelo COMITENTE, para fins de concretização da transação. 5.11. A representação por terceiros, deverá ser feita por procuração com poderes especiais para o ato. 6. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO 6.1. O pagamento deverá ser feito por meio de **PIX/TED** (Transferência Eletrônica Disponível) em conta corrente a ser indicada ou cheque de emissão do arrematante, nominal ao COMITENTE, em conformidade com a condição abaixo. 6.2. O pagamento poderá ser realizado à vista ou de forma parcelada, mediante o pagamento de entrada mínima correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da arrematação, com o saldo remanescente quitado em até 03 (três) parcelas, observadas as condições e prazos estabelecidos na cláusula 5.2 deste edital. 7. COMISSÃO DE LEILOEIRO 7.1.O arrematante, além do pagamento total do preço do negócio no ato da arrematação, pagará também ao LEILOEIRO, a quantia correspondente a 5% (cinco por cento), do valor total do arremate, a título de comissão. 8. FORMALIZAÇÃO: ESCRITURA. 8.1. A alienação do imóvel será formalizada por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Na hipótese de pagamento à vista, a escritura será outorgada imediatamente após a comprovação da quitação integral do preço. Em caso de pagamento parcelado, a outorga da escritura ocorrerá somente após a quitação total das parcelas, observadas as condições estabelecidas na cláusula 5.2 deste edital. 8.2. O COMITENTE deverá providenciar a lavratura do competente instrumento de formalização da alienação no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do leilão, nos casos de pagamento à vista, ou da data da quitação integral das parcelas avençadas, nos termos da cláusula 5.2, quando se tratar de pagamento parcelado, observadas as disposições do item 8.1. O referido prazo ficará condicionado à inexistência de pendências documentais atribuíveis ao arrematante, bem como ao cumprimento de todas as obrigações previstas neste edital e eventualmente indicadas na descrição do lote. 8.3. O competente Instrumento Aquisitivo será firmado com o arrematante, cujo nome constar da Ata e Recibo de Arrematação, somente admitida sua substituição, por cessão de direitos, na forma da lei, com prévia análise e aprovação por parte do COMITENTE. 8.4. OCOMITENTE se obriga a fornecer ao arrematante, ficha de matrícula do imóvel, atualizada e com negativa de ônus e alienações; comprovant e de pagamento da última parcela do IPTU, sob suas responsabilidades, e, demais certidões exigidas por lei. 8.5. Serão de responsabilidade do arrematante, todas as providências e despesas necessárias, à transferência do imóvel, tais como: ITBI – Imposto de transmissão de bens imóveis, escrituras, registros, foro e laudêmio (quando for o caso), e demais taxas. A escolha do tabelião de notas, responsável pela lavratura da escritura pública, caberá exclusivamente ao COMITENTE. 9. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO 9.1. Ocorrendo a sustação do cheque dado em pagamento, sua devolução por insuficiência de fundos, ou, ainda, o inadimplemento de qualquer das parcelas assumidas na forma prevista na cláusula 5.2 deste edital, ficará automaticamente desfeita a venda, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial. Nessa hipótese, o arrematante perderá, em favor do COMITENTE, os valores pagos a título de sinal e/ou parcelas já quitadas, sem prejuízo da incidência de multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor total da arrematação, a qual poderá ser cobrada por via executiva, como dívida líquida, certa e exigível, acrescida de correção monetária e demais encargos legais até o efetivo pagamento. A resolução da venda não afasta a responsabilidade do arrematante pelas perdas e danos, lucros cessantes, despesas administrativas e demais prejuízos decorrentes do inadimplemento, sem prejuízo das medidas cíveis e criminais cabíveis. 9.2. A falta de utilização pelo COMITENTE, de quaisquer direitos ou faculdades, que lhes concede a lei e este edital, importa não em renúncia, mas em ~~mera tolerância ou reserva~~ para fazê-los prevalecer, em qualquer outro momento ou oportunidade. 10. DISPOSIÇÕES GERAIS 10.1. A posse direta ou indireta do imóvel será transmitida ao arrematante, depois de liquidado o pagamento total do preço do negócio e assinatura do instrumento aquisitivo. 10.2. Todas as despesas e encargos, de qualquer natureza, relativas a eventuais pendências ou ônus, administrativos ou judiciais, necessárias para a liberação ou desocupação dos imóveis, quando for o caso, correrá por conta do arrematante. 10.3. Eventuais pedidos de esclarecimento deverão ser solicitados pelo tel. - (11) 2741-9515, ou por escrito, via e-mail – contato@leiloesgold.com.br, ao leiloeiro, sediado à Rua Peixoto Werneck, 330, Arthur Alvim, São Paulo/SP, CEP: 03568-060. 10.4. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 22.427 de 1.º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.



Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A.

(NP) nº 25.206.734/0001-52

	Balancos patrimoniais	Nota	2026	2025
Ativo/Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		8	47.249	50.432
Contas a receber de clientes e outros recebíveis			4.408	6.229
Impostos a recuperar			336	337
Total do ativo circulante			51.993	56.998
Não circulante				
Realizável a longo prazo			73	10
Impostos a recuperar			73	10
Total do realizável a longo prazo			73	10
Imobilizado		9	23.494	22.863
Intangível		9	—	28
Total do ativo não circulante			23.567	22.901
Total do ativo			75.560	79.899

	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação	Lucros do exercício	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Nota	social	legal	patrimonial a destinar		
Saldos em 31 de março de 2024	28.132	5.626	2.118	33.755	—
Distribuição de dividendos conforme AGO de 17 de junho de 2024	13 d)	—	—	(32.035)	(32.035)
Realização do custo atribuído	13 c)	—	(65)	—	65
Resultado do exercício				—	40.114
<i>Destinações:</i>					
Dividendos mínimos obrigatórios	13 d)	—	—	(2.006)	(2.006)
Lucros do exercício a destinar	13 b)	—	—	38.173	(38.173)
Saldos em 31 de março de 2025	28.132	5.626	2.053	39.893	—
Distribuição de dividendos conforme AGO de 18 de junho de 2025	13 d)	—	—	(38.107)	(38.107)
Realização do custo atribuído	13 c)	—	(77)	—	77
Resultado do exercício				—	35.181
<i>Destinações:</i>					
Dividendos mínimos obrigatórios	13 d)	—	—	(1.759)	(1.759)
Lucros do exercício a destinar	13 b)	—	—	33.499	(33.499)
Saldos em 31 de março de 2026	28.132	5.626	1.976	35.285	—

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Ipiranga Bioenergia Iacanga S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Fazenda Nova S/nº, Rod. Cezário de Castilho km 400+800 m Setor A e B, zona rural, caixa postal 41, CEP 71780-000 na cidade de Iacanga, Estado de São Paulo, que tem como objeto social a geração de energia termoeletrônica e venda de energia por mercado. A Portaria MME nº 322, de 21 de novembro de 2007, emitiu a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEL autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica e a através da Resolução autorizava nº 6.598, de 05 de setembro de 2017, a ANEL autoriza a transferência da exploração de energia para a Companhia. A autorização não possui prazo de vencimento.

Reforma tributária: Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária de consumo. O novo modelo substituirá IPI, COFINS, ICMS, ISS e parte do IPI pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), estruturados sob o conceito de IVA dual. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A Reforma será implementada gradualmente em 2026 e 20232, período no qual coexistirá o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 complementa a regulamentação, disciplinando aspectos operacionais do IBS, inclusive administração, fiscalização e regras de transição. A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e contábeis da nova sistemática. Contudo, considerando que o período de transição terá início em 2026 e ainda existem regulamentações complementares pendentes, não foram identificados, até a presente data, efeitos materiais a serem refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2026. A Companhia seguirá monitorando a evolução normativa e atualizará suas estimativas e divulgações conforme os impactos forem se tornando conhecidos e mensuráveis.

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Todas as informações relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2026 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 6. (H) Divida útil do ativo imobilizado.** • **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros. As demonstrações de valor justo são apresentadas para o ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e identicos. • **Nível 2:** *Inputs*, outros preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis no mercado ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros.

4. Mudanças nas principais políticas contábeis: A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de março de 2025.

5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6. Políticas contábeis materiais: A Companhia aplicou as seguintes políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional: Venda de produtos: A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia. A receita é reconhecida de acordo com a seguinte prática contábil: (i) reconhecimento da receita com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de venda de vapor é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de vendas são apresentadas líquidas dos impostos Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Juros sobre obrigações financeiras; e • Descontos concedidos. As receitas e despesas financeiras compreendem o resultado através dos seguintes efeitos: **a. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva para pagar esse montante em forma de serviço passado, presente ou futuro. O passivo é reconhecido quando a obrigação de pagamento é estimada de maneira confiável. **d. Imposto de renda e contribuição social:** Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do ano compreendem imposto diferido e corrente. As bases de imposto de renda e a contribuição social são apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido. O imposto de renda foi de 10% (para o período de 2025) e 12% (para o período de 2026) de R\$ 240 anual e a contribuição social à alíquota de 9%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diferentemente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(f) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido no resultado através sobre o percentual de presunção incidente da receita bruta do período. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(f) Imposto diferido:** Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram aplicadas até a data da balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **e. Imobilizado: (f) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado são diferentemente mensuradas, elas são registradas como itens individuais (componentes) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(f) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são considerados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a sua seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou aumenta sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa. **(f) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As taxas médias anuais ponderadas de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas - %
Máquinas e equipamentos	2%
Móveis e utensílios	5%
Outros	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros: (f) Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente

A Diretoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras com base na elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossa responsabilidade não é avaliar o desempenho da Companhia. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

Para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas brasileiras e internacionais de auditor

NOSSA SENHORA DO Ó PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 12.570.783/0001-15

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)															
Ativo	Controladora				Consolidado				Passivo e patrimônio líquido	Controladora				Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		Notas		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		
Ativo circulante								Passivo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	27	28		12.559	180.119		Fornecedores	16	376	468	821	24.245		
Contas a receber	4	1.763	31.926		8.421	74.381		Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	75.451		
Estoques	5	3	4		3	18.318		Obrigações trabalhistas e sociais	18	1.764	1.730	1.776	79.964		
Impostos a recuperar	6	36	-		114	7.247		Obrigações tributárias	19	181	178	1.787	25.426		
Outras contas a receber	7	430	342		1.515	19.224		Adiantamento de clientes	20	-	-	-	84.754		
Total do ativo circulante		2.259	32.300		22.612	299.289		Outras contas a pagar	21	694	890	974	35.942		
								Passivo de arrendamento	15.2	-	-	-	6.096		
								Total do passivo circulante		3.015	3.266	5.358	331.878		
Ativo não circulante								Passivo não circulante							
Partes relacionadas	9	28.988	31.352		178	178		Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	140.271		
Contas a receber	4	-	-		3.246	113.634		Debêntures	22	-	-	15.237	14.402		
Depósitos e cauções	8	13	-		23	79.669		Provisões para contingências	23	-	-	-	47.684		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-		-	24.488		Receitas de cessões a apropriar	24	-	-	273	313		
Investimentos	11	113.516	622.408		-	-		Outras contas a pagar	21	74	-	74	1.311		
Propriedades para investimento	12	-	-		160.049	168.147		Passivo de arrendamento	15.2	-	-	-	67.287		
Imobilizado	13	1.258	1.943		4.198	565.498		Total do passivo não circulante		74	-	15.584	271.288		
Intangível	14	564	222		-	2.300		Patrimônio líquido	25						
Direito de uso	15.1	-	-		566	62.218		Capital social		16.549	185.500	16.549	185.500		
Total do ativo não circulante		144.339	655.925		168.260	1.016.132		Reserva de lucros		123.727	496.226	123.727	496.226		
								Ajuste por variações patrimoniais		3.233	3.233	3.233	3.233		
								Total do patrimônio líquido		143.509	684.959	143.509	684.959		
								Participação de não controladores	-	-	-	26.421	27.296		
								Total do patrimônio líquido		143.509	684.959	169.390	712.255		
Total do ativo		146.598	688.225		190.872	1.315.421		Total do passivo e do patrimônio líquido		146.598	688.225	190.872	1.315.421		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de reais)													
	Notas	Reserva		Reserva de lucros	Ajuste por variações patrimoniais	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido					
		Capital social	de capital										
Saldos em 31 de dezembro de 2023		185.500	23.431	362.331	3.233	574.495	25.914	600.409					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	110.318	-	110.318	1.383	111.701					
Lucros distribuídos	25.d	-	-	(8.000)	-	(8.000)	-	(8.000)					
Constituição de reserva legal	25.c	-	5.516	(5.516)	-	-	-	-					
Outras transações de não controladores	-	-	-	8.146	-	8.146	-	8.146					
Saldos em 31 de dezembro de 2024		185.500	28.947	467.279	3.233	684.959	27.297	712.256					
Redução de capital social e reserva de lucros por cisão	1.2	(168.951)	-	(345.533)	-	(514.484)	-	(514.484)					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.631	-	26.631	1.982	28.613					
Lucros distribuídos	25.d	-	-	(53.597)	-	(53.597)	(2.858)	(56.455)					
Saldos em 31 de dezembro de 2025		16.549	28.947	94.782	3.233	143.509	26.421	169.930					

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).												
1. Contexto operacional: A Nossa Senhora do O Espírito Santo S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de outubro de 2010. A sede da Companhia está localizada em São Paulo, SP, na Avenida Domingos de Souza Marques, nº 450, 3º andar. A Companhia tem por atividade preponderante: a) prestação de serviços e gestão administrativa e financeira para empresas controladas; e b) a participação em outras Companhias com atuação na aquisição e gestão de holding na financeira. As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, classificadas como "controladas", são de 31 de dezembro de 2025 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). A divulgação destas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 173 da Lei nº 6.402/1976, encontra-se no site da Companhia, no endereço eletrônico www.nossasenhora.com.br .												

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Nossa Senhora do Ó Participações S.A. ("Companhia") foi constituída em 27 de outubro de 2010. A sede da Companhia está localizada em São Paulo – SP, na Avenida Domingos de Souza Marques, nº 550, 3º andar. A Companhia tem por atividade preponderante: **a)** prestação de serviços e gestão administrativa e financeira própria e de suas coligadas e controladas; e **b)** a participação em outras Companhias como acionista ou quotista (*holding* não financeira). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo") e individualmente como "Companhias do Grupo". As receitas das controladas são obtidas com serviços de transportes rodoviários coletivos de passageiros, fretamento, aluguel de imóveis, locação de espaço à lojaistas, estacionamento e receitas de cessões a apropriar. As controladas diretas e indiretas que compõem o Grupo e que foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas até 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

- **Auto Viação Urubupungu Ltda.** - Constituída em 03 de fevereiro de 1977, tem por objeto social as seguintes atividades: a exploração dos serviços de transportes rodoviários coletivos de passageiros por ônibus, Micro-ônibus, Vans, atuando nos segmentos urbano, intermunicipal e seletivo. O serviço urbano da Auto Viação Urubupungu Ltda., engloba linhas municipais nas cidades de Osasco, Cajamar e Santana de Parnaíba e linhas metropolitanas atendendo municípios de São Paulo, Osasco, Barueri, Santana de Parnaíba, Cajamar, Guarulhos, Diadema e São Bernardo do Campo. Para atender estes serviços e as demandas geradas por eles, a Companhia possui aproximadamente 2.342 colaboradores e 602 veículos.
- **Vição Cidade de Caieiras Ltda.** - Constituída em 14 de julho de 1993, tem por objeto social as seguintes atividades: a exploração dos serviços de transportes rodoviários coletivos de passageiros por ônibus, Micro-ônibus, Vans, atuando nos segmentos urbano, intermunicipal e fretamento. O serviço urbano da Vição Cidade de Caieiras Ltda., engloba linhas municipais nas cidades de Caieiras e Franco da Rocha, e linhas metropolitanas, atendendo os municípios de São Paulo, Cajamar, Santana de Parnaíba, Francisco Beltrão, Franco da Rocha e Caieiras. O fretamento, por sua vez, tem seu foco no ramo de transporte empresarial (o fretamento "continuo" de funcionários), mas também atua no fretamento eventual, popularmente chamado de "turismo". Para atender estes serviços e as demandas geradas por eles, a Companhia possui aproximadamente 992 colaboradores e 285 veículos alocados em duas unidades localizadas nos municípios de Caieiras e Franco da Rocha.
- **Vição Santa Brígida Ltda.** - Constituída em 26 de julho de 1966, tem por objeto social as seguintes atividades: a exploração de serviços de transportes coletivos de passageiros operando no Município de São Paulo, conforme contrato de concessão celebrado com a Secretaria Municipal de Transportes, órgão da Prefeitura Municipal de São Paulo. Sua principal fonte de receita decorre da exploração destes serviços, que é auferida através de remuneração atribuída pela São Paulo Transportes S.A. – SP Trans. Para atender as demandas geradas por este serviço, a Companhia possui aproximadamente 3.618 colaboradores e 655 veículos alocados em duas unidades localizadas no município de São Paulo.
- **Urubupungu Transportes e Turismo Ltda.** - Constituída em 05 de agosto de 1986, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a prestação de serviços de transporte turístico de superfície; (ii) transporte rodoviário coletivo de passageiros sob o regime de fretamento por ônibus, micro-ônibus, vans, automóveis, abrangendo os transportes municipal, intermunicipal, interestadual e internacional; (iii) transporte escolar; (iv) transporte rodoviário de carga intermunicipal, interestadual e internacional; (v) locação de veículos de passeio; (vi) participação em outras Companhias; e (vii) consultoria em gestão empresarial.
- **Canteira Empreendimentos S.A.** - Constituindo em 14 de abril de 2014, tem por objeto social e propósito específico: (i) o desenvolvimento e a implantação, exploração, comercial e gestão de um empreendimento no imóvel denominado Campanha Norte Shopping, assim como de outros empreendimentos imobiliários e incorporações no imóvel; (ii) a compra e venda de imóveis próprios, sem envolver, contudo, qualquer intermediação ou corretagem, e, ainda; (iii) a participação em outras companhias.
- **Portubens Administração de Bens Ltda.** - Constituindo em 25 de abril de 2011, tem por objeto social a compra, venda e administração de bens imóveis próprios. A administração de bens imóveis próprios, sem envolver, contudo, qualquer intermediação ou corretagem, e, ainda; (iii) a participação em outras companhias.

As demonstrações contábeis consolidadas até 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

- **Canteira Empreendimentos S.A.** - Constituindo em 14 de abril de 2014, tem por objeto social e propósito específico: (i) o desenvolvimento e a implantação, exploração, comercial e gestão de um empreendimento no imóvel denominado Campanha Norte Shopping, assim como de outros empreendimentos imobiliários e incorporações no imóvel; (ii) a compra e venda de imóveis próprios, sem envolver, contudo, qualquer intermediação ou corretagem, e, ainda; (iii) a participação em outras companhias.
- **Portubens Administração de Bens Ltda.** - Constituindo em 25 de abril de 2011, tem por objeto social a compra, venda e administração de bens imóveis próprios.

A participação em cada controlada está apresentada na tabela a seguir:

Ativo	31/12/2025				31/12/2024				Total
	AVUL	VECCI	VSBL	UTTL	AVUL	VECCI	VSBL	UTTL	
Auto Viação Urubupungu Ltda. (a)	-	-	-	100,00%	-	-	-	100,00%	
Vição Cidade de Caieiras Ltda. (a)	-	-	-	100,00%	-	-	-	100,00%	
Vição Santa Brígida Ltda. (a)	-	-	-	100,00%	-	-	-	100,00%	
Urubupungu Transportes e Turismo Ltda. (a)	-	-	-	100,00%	-	-	-	100,00%	
Canteira Empreendimentos S.A.	-	-	72,35%	72,35%	-	-	100,00%	100,00%	
Portubens Administração de Bens Ltda.	-	-	100,00%	100,00%	-	-	100,00%	100,00%	
(a) Em 15/01/2025, os sócios/acionistas da sociedade Nossa Senhora do Ó S/A aprovaram operação de cisão parcial da Companhia, nos termos da legislação societária aplicável. A operação consistiu na transferência parcial de elementos patrimoniais para a sociedade as Societies, AVUL Participações S/A – CNPJ: 59.579.149/0001-02, VCC Participações S/A – CNPJ: 59.563.859/0001-51, UTTL Participações S/A – CNPJ: 59.563.807/0001-85, VSBL Participações S/A – CNPJ: 59.563.681/0001-49, compreendendo os seguintes ativos – Participação Societária – Valor contábil total: R\$ 514.484. A cisão parcial foi realizada com base no balanço patrimonial levantado em 15 de janeiro de 2025, especialmente preparado para este fim, refletindo adequadamente a posição patrimonial da sociedade. Os ativos vendidos foram transferidos pelo respectivo valor contábil, sem geração de ganho ou perda na operação. A redução patrimonial decorrente da transferência dos ativos foi absorvida parte pela conta de Reserva de Lucros e parte pelo Capital Social da sociedade cindida, no montante de R\$ 514.484. Em decorrência da operação:									
a) a sociedade cindida permaneceu em funcionamento regular, mantendo suas demais atividades operacionais;									
b) a sociedade beneficiária registrou os ativos recebidos pelos mesmos valores contábeis constantes da escrituração da sociedade cindida; e									
c) a operação não alterou o controle societário das empresas envolvidas. A Administração entende que a operação está em conformidade com as disposições societárias e contábeis aplicáveis, produzindo efeitos a partir de 15/01/2025. 1.1. Reorganização societária do Grupo - De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária datada de 15 de janeiro de 2025, os acionistas da Nossa Senhora do Ó Participações S.A. ("Companhia") deliberaram a cisão das empresas: • Auto Viação Urubupungu Ltda. - Vição Cidade de Caieiras Ltda. • Vição Santa Brígida Ltda. e • Urubupungu Transportes e Turismo Ltda. Desta forma, o efeito líquido no patrimônio da Companhia decorrente da cisão foi de redução de R\$ 514.484, no capital social e Reserva de Lucros, considerando que o acervo cindido era o investimento nessas empresas.									
Demonstramos a seguir o balanço das empresas em 15 de janeiro de 2025.									
Ativo	AVUL	VECCI	VSBL	UTTL	Total				
Caixa e equivalentes de caixa	93.359	8.663	61.372	11.176	174.570				
Contas a receber	22.278	11.794	488	12.771	47.330				
Estoques	6.705	3.261	6.814	1.350	18.131				
Impostos a recuperar	4.207	1.673	54	85	6.018				
Outras contas a receber	6.735	1.472	11.586	839	20.631				
Total do ativo circulante	133.283	26.863	80.313	26.221	266.680				
Ativo não circulante									
Contas a receber	14.592	342	95.641	136	110.710				
Depósitos e cauções	18.400	12.130	31.402	17.749	79.681				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.371	3.634	13.416	1.067	24.489				
Imobilizado	184.230	83.488	239.151	55.417	562.285				
Intangível	859	1.190	24	2	2.074				
Direito de uso	51.074	12.717	69.040	6.926	139.757				
Total do ativo não circulante	275.525	113.500	448.675	81.295	918.995				
Total do ativo	408.808	140.363	528.987	107.516	1.185.675				
Passivo	AVUL	VECCI	VSBL	UTTL	Total				
Fornecedores	7.090	3.580	9.364	1.533	21.568				
Empréstimos e financiamentos	11.387	8.216	46.892	4.711	71.206				
Obrigações trabalhistas e sociais	19.595	6.094	31.829	3.899	61.416				
Obrigações tributárias	1.859	2.768	3.014	16.971	24.611				
Adiantamento de clientes	56.288	20.447	1	15	82.752				
Outras contas a pagar	46.227	4.481	11.290	382	62.380				
Passivo de arrendamento	15.740	5.786	22.712	2.490	46.728				
Total do passivo circulante	158.186	57.371	125.102	30.001	370.661				
Passivo não circulante									
Empréstimos e financiamentos	76.275	28.195	17.837	17.964	140.271				
Provisões para contingências	11.018	5.293	28.489	2.884	47.685				
Passivo de arrendamento	42.754	7.931	57.199	4.691	112.575				
Total do passivo não circulante	130.047	41.419	103.525	25.539	300.531				
Patrimônio líquido									
Capital social	52.000	20.000	52.000	16.000	140.000				
Reserva de lucros	68.574	22.442	248.360	35.977	375.353				
Ajuste por variações patrimoniais	-	(869)	-	-	(869)				
Total do patrimônio líquido	120.574	41.573	300.360	51.977	514.484				
Total do passivo e do patrimônio líquido	408.808	140.364	528.987	107.516	1.185.675				

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão em conformidade com as utilizadas pela Administração e sua gestão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 28 de maio de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Declaração de continuidade - A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. As estimativas e pressupostos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos - As informações sobre julgamentos realizadas na aplicação das políticas contábeis tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

- **Nota Explicativa nº 2.5 (a)** – Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; e
- **Nota Explicativa nº 11** – Equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida.

Incertezas sobre premissas e estimativas - As informações sobre as incertezas realizadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota Explicativa nº 2** – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo** - Certos instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela

Continuação

Contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
C.M.T. - Cartão Eletrônico (a)		-	-	-	7.786
São Paulo Transporte S.A. (c)		-	-	-	106.847
Clientes (b)		-	-	11.602	29.985
Cartão Sênior Escolar		-	-	-	-
e Paulista (a)		-	-	-	3.617
CIA. Municipal de Transp. de Osasco-CMTO (d)		-	-	-	12.632
Interpass Participações S.A (e)		-	-	-	2.301
Prefeitura de Osasco (f)		-	-	-	3.674
Prefeitura de Cajamar (h)		-	-	-	12.669
Prefeitura de Franco da Rocha (f)		-	-	-	4.605
Prefeitura de Caieiras (f)		-	-	-	2.306
Dividendos a receber		-	30.000	-	-
Outros		1.763	1.926	4.963	8.085
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	(4.898)
Total		1.763	31.926	11.667	188.015
Circulante		1.763	31.926	8.421	74.381
Não circulante		-	-	3.246	113.634

(a) Refere-se aos serviços de transporte coletivo de passageiros reconhecidos pelo valor individual das bilhetagens incorridas e valores a receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro – Subsídio competência 12/2024 que foram recebidos em 01/2025; (b) Refere-se aos serviços de frete/transporte contratados e eventuais, registrados através das notas fiscais emitidas aos clientes e estão reconhecidos pelo valor do serviço prestado; (c) Os valores a receber da São Paulo Transporte S.A., referem-se aos serviços de transporte coletivo de passageiros prestados pela Viação Santa Brígida Ltda., reconhecidos pelo valor individual das bilhetagens incorridas e do precatório a receber da São Paulo Transportes, referente ao Processo nº 0433824.94.1998-8-26.0053/10, em virtude do transitado em julgado e inclusão do referido no orden arcamentária no montante de R\$ 95.641, com base na estimativa da Companhia, não possui perdas a serem reconhecidas em decorrência de sua liquidação ser prerrogativa legal; (d) Precatórios a receber referente aos vales transporte vendidos do município de Osasco que a CMTO deixou de promover o repasse da integralidade dos valores devidos à Auto Viação Urubupungá Ltda. O processo iniciou em 2005 e em 2024 já constava na fila de precatórios para o recebimento; (e) Refere-se ao valor líquido a receber entre o valor investido e o valor recebido na Companhia em conta de participação (f) Interpass Participações S.A., conforme instrumento particular assinado em 12/2016; (f) Montante referente a subsídio a receber da Prefeitura de Osasco, Cajamar, Franco da Rocha e Caieiras para garantir a continuidade da prestação de serviço público essencial, tendo em vista os prejuízos econômicos acumulados pela Auto Viação Urubupungá Ltda. e Viação Cidade de Caieiras Ltda. Os montantes de R\$ 3.674 (Prefeitura de Osasco), R\$ 12.669 (Prefeitura de Cajamar), R\$ 4.605 (Prefeitura de Franco da Rocha) e R\$ 2.306 (Prefeitura de Caieiras) foram recebidos no exercício de 2025. A composição do saldo de contas a receber, com base nos vencimentos, é a seguinte:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer		1.763	31.926	62.874	62.874
Entre 01 e 30 dias		-	-	-	-
Entre 31 e 60 dias		-	-	4.492	4.492
Entre 61 e 90 dias		-	-	1.986	1.986
Entre 91 e 180 dias		-	-	139	139
Entre 181 e 365 dias		-	-	365	365
Acima de 01 ano		-	-	95.687	95.687
Total		1.763	31.926	165.543	165.543
Valores vencidos		-	-	-	-
Entre 01 e 30 dias		-	-	531	531
Entre 31 e 60 dias		-	-	261	261
Entre 61 e 90 dias		-	-	104	104
Entre 91 e 180 dias		-	-	246	246
Entre 181 e 365 dias		-	-	12.159	12.159
Acima de 01 ano		-	-	15.663	15.663
Total		-	-	28.964	28.964
Total		1.763	31.926	194.507	194.507

Os montantes vencidos a mais de 180 dias e não provisionados como perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa, referem-se substancialmente a: (i) R\$ 12.613 a receber da Companhia Municipal de Transportes de Osasco (CMTO), conforme descrito na Nota Explicativa nº 4 (d); (ii) R\$ 2.301 a receber da Interpass Participações S/A, conforme Nota Explicativa nº 4 (e); (iii) R\$ 5.855 referente alugueis a receber no Cantareira Norte Shopping; e (iv) R\$ 1.179 referente a clientes diversos das Controladas Auto Viação Urubupungá Ltda., Viação Cidade de Caieiras Ltda., Urubupungá Transportes e Turismo Ltda., e Viação Santa Brígida Ltda. A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa para o consolidado é conforme segue:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Constituição		-	-	-	(6.547)
Reversão		-	-	929	298
Saldo em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	(6.492)
Baixa por cisão		-	-	-	(1.327)
Constituição		-	-	-	679
Reversão		-	-	-	(876)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		-	-	-	4.968

5. Estoques

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Combustíveis		-	-	-	4.614
Óleos, graxas e lubrificantes		-	-	-	689
Peças, componentes e acessórios		-	-	-	7.515
Pneu		-	-	-	1.097
Estoque em poder de terceiros		-	-	-	1.248
Recondicionados		-	-	-	1.211
Outros		3	4	3	1.944
Total		4	4	3	18.318

6. Impostos a recuperar

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF		-	-	79	1.339
IRPJ/CSLL (a)		-	-	-	35
PIS		-	-	-	7
COFINS		-	-	-	286
Outros		-	-	-	154
Total		-	-	114	7.247

(a) A Companhia procedeu com a antecipação do imposto de renda e contribuição social cujos saldos, não compensados na apuração do lucro real até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram recuperados no exercício subsequente.

7. Outras contas a receber

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores (a)		-	1	1.085	10.291
Adiantamento de férias		49	46	49	2.970
Seguros diversos		-	-	-	165
Convênio médico		18	11	18	-
Vale-refeição (b)		52	51	52	5.282
Software		302	224	302	495
Outros		9	9	9	21
Total		430	342	1.515	19.224

(a) Adiantamentos para modernização de veículos da frota. (b) Refere-se às antecipações de vale-refeição à Sodexo do Brasil, no qual os saldos são creditados em cartão de benefícios para os funcionários no mês subsequente ao do adiantamento realizado.

13. Imobilizado

		Controladora		Consolidado					
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024				
Instalações e benfeitorias		4	11	-	11				
Máquinas e equipamentos		10	76	-	76				
Móveis e utensílios		10	80	-	80				
Equipamentos de informática		5	2.593	-	2.593				
Imobilizado em construção		-	297	131	(428)				
Total		-	3.057	131	(428)				
		Bens em operação		Depreciação acumulada					
		31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2025	Adição	Baixa	31/12/2025
Instalações e benfeitorias		4	11	-	11	(10)	(1)	-	(11)
Máquinas e equipamentos		10	76	-	76	(49)	(6)	-	(55)
Móveis e utensílios		10	76	5	81	(24)	(7)	-	(31)
Equipamentos de informática		5	780	1.812	2.592	(727)	(291)	-	(1.018)
Imobilizado em construção		-	2.022	141	(1.865)	-	-	-	298
Total		-	2.965	1.958	(1.865)	3.058	(810)	(305)	(1.115)
		Bens em operação		Depreciação acumulada					
		31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024
Instalações e benfeitorias		4	12.863	(7.598)	19	-	5.284	(11.019)	7.187
Máquinas e equipamentos		10	14.606	(14.246)	14	-	386	(11.971)	11.679
Móveis e utensílios		10	4.627	(3.929)	-	-	698	(4.187)	3.674
Ônibus (a)		De 05 a 10	961.317	(961.317)	-	-	-	(429.199)	429.199
Veículos de suporte operacional		De 05 a 10	4.747	(4.747)	-	-	-	(2.906)	2.906
Equipamentos de informática		05	9.935	(7.152)	-	-	2.783	(8.136)	6.938
Validadores eletrônicos		05	15.338	(15.338)	-	-	-	(13.189)	13.189
Benfeitorias em bens de terceiros		04	37.570	(37.570)	-	-	-	(15.195)	15.195
Benfeitorias em imóveis públicos		04	4.139	(4.139)	-	-	-	(4.139)	4.139
Imobilizado em andamento		-	297	-	2.016	(428)	1.885	-	-
Total		-	1.065.439	(1.056.204)	2.049	(428)	11.036	(499.941)	494.106
		Bens em operação		Depreciação acumulada					
		31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024
Instalações e benfeitorias		4	12.825	38	-	12.863	(10.218)	(800)	-
Máquinas e equipamentos		10	13.757	850	(1)	14.606	(11.392)	(578)	1
Móveis e utensílios		10	4.544	84	-	4.628	(4.038)	(150)	-
Ônibus (a)		5 a 10	872.144	114.792	(25.621)	961.315	(394.360)	(59.558)	24.719
Veículos de suporte operacional		5 a 10	7.771	(6.346)	(74)	-	4.747	(2.906)	74
Equipamentos de informática		5	8.051	1.882	-	9.933	(7.744)	(392)	-
Validadores eletrônicos		5	15.101	237	-	15.338	(12.583)	(606)	-
Benfeitorias em bens de terceiros		4	37.570	-	-	37.570	(13.708)	(1.477)	-
Benfeitorias em imóveis públicos		4	4.139	-	-	4.139	(4.139)	-	-
Imobilizado em andamento		-	2022	141	(1.865)	298	-	-	298
Total		-	973.364	119.634	(27.561)	1.065.437	(460.948)	(63.885)	24.794

(a) Aquisições de ônibus para a renovação da frota operacional em atendimento à Licitação; (b) Compra/venda de ônibus por conta de renovação da frota operacional para atendimento da Licitação, conforme mencionado na letra explicativa (a).

Intangível

		Controladora		Consolidado					
		31/12/2024	Adição	Baixa <td>31/12/2025</td> <td>31/12/2024</td>	31/12/2025	31/12/2024	Adição <td>Baixa</td> <td>31/12/2025</td>	Baixa	31/12/2025
Programas e software		1.332	428	(13)	1.747	1.332	428	(13)	1.747
Total		1.332	428	(13)	1.747	1.332	428	(13)	1.747
		Bens em operação		Amortização acumulada		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024
Programas e software		1.097	234	-	1.331	(966)	(143)	-	1.331
Total		1.097	234	-	1.331	(966)	(143)	-	1.331
		Bens em operação		Amortização acumulada					
		31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024
Licença de transporte		5.752	-	-	5.752	(3.569)	(496)	-	4.065
Programas e software		7.771	428	(14)	1.841	(7.406)	6.199	(73)	-
Direitos amortizáveis		1.010	(1.010)	-	-	(775)	775	-	-
Marcas e patentes		11	(7)	-	4	-	-	-	4
Total		14.546	(13.115)	428	(14)	1.845	(12.246)	11.039	(73)
		Bens em operação		Amortização acumulada					
		31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024
Licença de transporte		5.752	-	-	5.752	(3.569)	(496)	-	4.065
Programas e software		7.738	235	-	7.773	(7.204)	(202)	-	367
Direitos amortizáveis		1.010	-	-	1.010	(704)	(71)	-	235
Marcas e patentes		11	-	-	11	-	-	-	306
Total		14.311	235	-	14.546	(11.477)	(769)	-	2.834

15. Direito de uso e passivo de arrendamento: Direito de uso - As controladas Auto Viação Urubupungá Ltda., Viação Cidade de Caieiras Ltda. e Viação Santa Brígida Ltda. possuem contratos de arrendamento referente a garagens em Osasco, Santana de Parnaíba, Caieiras, Franco da Rocha e São Paulo, respectivamente, e por serem contratos de mesma natureza foram apresentados em conjunto em 2024.

		31/12/2024		31/12/2025	
		Baixa por cisão	Adição	Baixa	Adição
Imóveis		62.218	(62.218)	-	-
Total		62.218	(62.218)	-	-
		31/12/2023		Depreciação	
		50.702	(7.078)	18.594	62.218
Total		50.702	(7.078)	18.594	62.218

(a) Refere-se a reajuste contratual, não havendo efeito caixa.

NOSSA SENHORA DO Ó PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ 12.970.783/0001-15

Depósitos e cauções

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos processos trabalhistas		-	-	13	15.570
Depósitos judicial INSS sobre PLR		-	-	-	1.770
Depósitos processos fiscais		-	-	-	12.293
INSS - FAP (a)		-	-	-	37.102
Depósito judicial União Federal (b)		-	-	-	7.769
Outros		-	-	10	2.160
Total		-	-	23	76.669

(a) As Sociedades controladas Auto Viação Urubupungá Ltda., Viação Cidade de Caieiras Ltda. e Viação Santa Brígida Ltda. estão em discussão judicial junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre o percentual do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), da forma que mantêm depositado em juízo os montantes em discussão. Até a emissão das demonstrações contábeis não houve qualquer alteração na discussão judicial e (b) Trata-se de depósito judicial, referente à execução fiscal movida pela Fazenda Nacional, na qual determina a exigência de certidão de dívida atual junto à controlada Auto Viação Urubupungá Ltda. Valor parcial liquidado em 2024.

9. Partes relacionadas: Saldos e transações com partes relacionadas da controlada Cantareira Empreendimentos S.A. - No curso dos negócios a controlada Cantareira Empreendimentos S.A. realizou operações comerciais e financeiras junto aos seus sócios, lojas e os condomínios civis entre si, que incluem: (i) prestação de serviços de consultoria e assistência operacional; (ii) administração de shopping centers; (iii) administração de estacionamentos de shopping centers; (iv) contratos de locação comercial e (v) acordos e deliberações tomados no âmbito de convênios de condomínios. Em linhas gerais, todos os termos e condições dos contratos com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em operação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada a Cantareira Empreendimentos S.A., exceto com relação aos mútuos sobre os quais não incidem encargos financeiros. Os saldos e transações de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentados a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures a receber - Cantareira		28.988	28.988	-	47.685
Mútuo a receber		-	-	-	2.364
Outros		-	-	178	178
Total		28.988	31.352	178	178

Remuneração dos administradores - Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos administradores no consolidado, foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas" (Nota Explicativa nº 28), não superando o limite aprovado pelos acionistas. O pessoal-chave da Administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos. A remuneração paga ou a pagar por serviços está representada por honorários que atingiram R\$ 8.247 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.545 em 31 de dezembro de 2024). Compartilhamento de despesas - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram reembolsos de custos e despesas administrativas pelas controladas a Companhia, a Cantareira Empreendimentos S.A. e a Auto Viação Urubupungá Ltda. Os reembolsos a Companhia por suas controladas em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 19.757 (R\$ 19.284 em 31 de dezembro de 2024).

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos: São registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o respectivo valor contábil além dos prejuízos fiscaisapurados.

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para demandas judiciais		-	-	-	47.685
Outros provisões		-	-	-	19.946
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social		-	-	-	4.396
Total		-	-	-	72.027
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativos (34%)		-	-	-	24.488
A movimentação do imposto diferido ativo para os exercícios de 2025 e 2024 é conforme segue:					
Saldo em 1º de janeiro de 2023		-	-	-	23.331
Adições		-	-	-	1.388
Baixa		-	-	-	(231)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	(24.881)
Baixa por cisão		-	-	-	(24.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		-	-	-	-

11. Investimentos: Os investimentos da Companhia, em fase operacional ou pré-operacional em 31 de dezembro de 2025, encontram-se demonstrados a seguir:

		% de participação		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diretas		72,35%	15,622	21,533	-	-	-
Cantareira Empreendimentos S.A.		-	-	-	-	-	-
Agio sobre investimento Cantareira Empreendimentos S.A.		72,35%	53,513	49,890	-	-	-
Urubupungá Transportes e Turismo Ltda.		100,00%	-	48,016	-	-	

(continuação)									
NOSSA SENHORA DO Ó PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ 12.970.783/0001-15									
32. Instrumentos financeiros: Classificação contábil e valores justos - Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira, não apresentam variações.									
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Notas	2025		2024		Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Notas	2025	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo			Saldo contábil	Valor justo
		13.097	13.097	178.115	178.115			13.097	13.097
Aplicações financeiras	3	13.097	13.097	178.115	178.115	Aplicações financeiras	3	13.097	13.097
Total		13.097	13.097	178.115	178.115	Total		13.097	13.097
33. Cobertura de seguros: A controladora Cantareira Empreendimento S.A. possui cobertura de seguros com a Chubb Seguros Brasil com vigência de 22 de novembro de 2025 a 22 de novembro de 2026. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à suficiência das coberturas contratadas, bem como da adequação das coberturas de seguros.									
34. Transações que não afetam o caixa: Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, Item 43, a seguir estão apresentadas as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa consolidado.									
Análise de sensibilidade - Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros. Os empréstimos e financiamentos se trata de contratos pós-fixados, cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da contratação e atreladas a variação do CDI. Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDI e outras combinações de mercado, bolsas e dólar. A análise de sensibilidade									
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas									
Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Nossa Senhora do Ó Participações S.A. - São Paulo – SP									
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Nossa Senhora do Ó Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Nossa Senhora do Ó Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,									
tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado. No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para os empréstimos e financiamentos, utilizando fundamentalmente os dados. O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Companhia na gestão financeira.									
A controladora não possui itens não caixa.									
Transações de investimento									
Baixa de investimento									
Reajuste de contrato de arrendamento									
Total									
Transações de financiamento									
Baixa de investimento									
Reajuste de direito de uso									
Total									
LUIZ AUGUSTO SARAIVA Administrador									
GISLAINE RODRIGUES BORGES Gerente Controladoria - Contadora - CRC 1SP219229/O-3									
São Paulo, 28 de maio de 2026									
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP-025.583/O-1									
Raphael Tonetto Rodrigues - Contador - CRC 1SP-307.040/O-0									



CNPJ nº 58.061.516/0001-26

[illegible]

Grupo determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, o Grupo passa a reconhecer o investimento a valor justo. O investimento mantido no Copesucar S.A. é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base do Grupo

ficais, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo rescalvamento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um

por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida **m. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável malizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (iii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e, (iii) o valor puder ser estimado com segurança. **n. Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um

Na controlada Ipiranga Bioenergia Mococa II S.A., são aplicações financeiras em Certificado de depósito interbancário (CDI) e taxa de 100,82%, sendo sua liquidez diária, através das aplicações em "CUT", ofertada em garantia de contrato de comercialização de energia sem liquidez, com um saldo em 31 de março de 2026 de R\$ 4.983 (R\$ 4.345 em 31 de março de 2025). Na controlada Ipiranga Agrícola Ltda., são aplicações financeiras em Certificado de depósito interbancário (CDI) e taxa de 100% do CDI em 31 de março de 2026 (99% em 31 de março de 2025), sendo sua liquidez diária, a ser disponibilizada em função de suas controladas a riscos de taxa e juros e uma análise de sensibilidade para ativos

continua →

acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal>

→* continuação

Consolidado	Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santana Administração e Participações S.A.									
	Valor contábil					Valor justo				
	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Valor justo por meio de resultado (VJR)	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
31 de março de 2025										
Ativos financeiros mensurados ao valor justo										
Aplicações financeiras	-	819.650	-	-	819.650	-	819.650	-	819.650	
Outros investimentos	8.377	-	-	-	8.377	-	8.377	-	8.377	
Instrumentos financeiros derivativos	-	38.810	-	-	38.810	-	38.810	-	38.810	
	8.377	858.460	-	-	866.837	-	866.837	-	866.837	
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo										
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.829	-	1.829	-	-	-	-	
Contas correntes - Cooperativa	-	-	257.761	-	257.761	-	-	-	-	
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	-	49.150	-	49.150	-	-	-	-	
Empréstimos a terceiros	-	-	153.200	-	153.200	-	-	-	-	
	-	-	461.940	-	461.940	-	-	-	-	
Passivos financeiros mensurados ao valor justo										
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	1.462.107	-	1.462.107	-	-	1.462.107	
Instrumentos financeiros derivativos	-	25.665	-	-	25.665	-	-	-	25.665	
Financiamentos - Cooperativa	-	-	-	26.513	-	26.513	-	-	26.513	
Mútuo - Cooperativa	-	-	-	11.941	-	11.941	-	-	11.941	
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	-	-	-	99.355	-	99.355	-	-	99.355	
Parcerias agrícolas e arrendamentos a pagar	-	1.720.683	-	-	1.720.683	-	1.720.683	-	1.720.683	
	-	1.746.348	-	-	1.599.916	-	3.346.264	-	3.346.264	
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo										
Fornecedores	-	-	-	113.835	-	113.835	-	-	-	
	-	-	-	113.835	-	113.835	-	-	-	

b. **Mensuração do valor justo:** O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas-bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis. Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorrem transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2026 e 2025. c. **Gerenciamento de risco financeiro:** O Grupo possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo para cada um dos riscos acima, os objetivos do Grupo, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. **(f) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente das contas a receber de clientes e de outros recebíveis conforme apresentado abaixo. **Caixa e equivalentes de caixa:** O Grupo tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentem maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidada	
	2026	2025	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	6	50	1.090.280	812.793
Aplicações financeiras	-	-	4.983	8.866
Contas correntes - cooperativa	-	-	255.835	257.761
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	-	24.320	49.150
Empréstimos a terceiros	-	-	480	153.200
Adiantamentos a fornecedores	-	-	1.393	2.577
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	73.353	38.810
	6	50	1.450.644	1.322.977
Ativo circulante	6	50	1.376.058	1.144.763
Ativo não circulante	-	-	74.586	178.214

Contas correntes - Cooperativa: Toda a receita de venda de produtos da Controlada é gerada via transações com a Cooperativa, para a qual a Controlada entrega toda a sua produção de açúcar e etanol. A Cooperativa, por sua vez, tem contrato de longo prazo com a Copersucar S.A. e suas subsidiárias, no qual estão definidos preço e prazo médio de A Diretoria

Aos Diretores e acionistas da Santana Administração e Participações S.A. - Serrana - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santana Administração e Participações S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santana Administração e Participações S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, conforme

recebimento. A Controlada opera no modelo cooperativo e não apresenta histórico de perdas. Assim, provisões para perdas com tais créditos não são constituídas pelo Grupo. **Contas a receber e outros recebíveis:** Basicamente representada por clientes compradores de subprodutos do Grupo, bem como cana-de-açúcar. A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que vai de março a dezembro de cana ano calendário) o que possibilita o Grupo interromper entregas a clientes que porventura se apresentem com potencial risco de crédito. Para clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras o Grupo procura trabalhar com pagamentos antecipados. Não há histórico de perdas significativas e de riscos excessivos em valores a receber que justifique a constituição de provisão para perdas no recebimento. **Garantias:** A política do Grupo é a de fornecer garantias financeiras apenas para Companhias do grupo. **(f) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O Grupo utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. O Grupo tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, está o valor contábil e os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Consolidado	Valor contábil	Fluxo contratural	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	95.969	95.969	-	-	-	-
Parceria agrícola e arrendamentos a pagar	1.561.342	2.579.868	308.851	266.219	483.256	1.521.542
Financiamentos - Cooperativa	27.199	27.199	27.199	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.833.830	2.583.879	390.605	385.892	1.133.240	674.142
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	84.178	84.178	60.433	12.000	12.000	-
Instrumentos financeiros e debêntures	878	878	-	878	-	-
Mútuo - Cooperativa	12.925	12.925	-	-	12.925	-
	3.616.321	5.384.896	883.057	664.989	1.641.421	2.195.684
Circulante	864.515	855.858	855.858	-	-	-
Não circulante	2.751.806	4.502.094	-	664.989	1.641.421	2.195.684

Contador: Enio Aparecido Oliveira do Nascimento - CRC ISP 320.440-0/7

essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes

Consolidado

Consolidado	Valor contábil	Fluxo contratural	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	2025 acima de 5 anos
Fornecedores	113.835	113.835	113.835	-	-	-
Parceria agrícola e arrendamentos a pagar	1.720.683	2.937.527	337.246	287.974	650.076	1.662.231
Financiamentos - Cooperativa	26.513	26.513	4.945	21.568	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.462.107	2.073.167	343.330	307.468	1.353.738	68.631
Obrigações a pagar por aquisições de participações e ativos	99.355	99.355	46.396	45.775	7.184	-
Instrumentos financeiros e debêntures	25.665	25.665	-	-	-	-
Mútuo - Cooperativa	11.941	11.941	-	-	-	-
	3.460.099	5.288.003	845.752	700.391	2.010.998	1.730.862
Circulante	826.931	845.752	845.752	-	-	-
Não circulante	2.633.168	4.442.251	-	700.391	2.010.998	1.730.862

Não são esperados que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **(iii) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco cambial:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para a aquisição de ações da própria Companhia. Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de março de 2026 e 2025 compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

Passivo	Nota	2026		2025	
		R\$	US\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)
Obrigações a pagar por aquisições de participações US\$	17	34.163	6.545	50.114	8.728
		34.163	6.545	50.114	8.728

Total
Análise de sensibilidade de câmbio: O Grupo efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduído) o patrimônio e o resultado do exercício à variação monetária do dólar para o cenário provável, conforme a seguir:

Passivo	Exposição em 2026 R\$	Risco	Câmbio médio	Exposição em 2026 US\$ (mil)	Câmbio médio	Provável
Obrigações a pagar por aquisições de participações US\$	(34.163)	Câmbio	5,22	(6.545)	5,27	(34.494)

Total
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido (34.494)
Fontes: a Informação Dólar foi extraída da base do Boletim Focus, com a projeção mais atualizada para 2026/2027. **Risco de taxa de juros:** As operações do Grupo estão expostas às taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP, TLP e IPCA. **Exposição ao risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo eram:

Ativos financeiros	Nota	Consolidado	
		2026	2025
Aplicações financeiras - Circulante	9	1.090.280	812.793
Aplicações financeiras - Não Circulante	9	4.983	8.866
Passivos financeiros			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	27.199	26.513
Mútuo - Cooperativa	19	1.833.830	1.462.107
		12.925	11.941

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável: Com base no saldo dos instrumentos, e nas taxas de juros, o Grupo efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduído) o patrimônio e o resultado do exercício à variação das taxas de juros para o cenário provável, conforme a seguir:

Ativos financeiros	Nota	Exposição 31/03/2026	Risco	%	Provável
Aplicações financeiras		1.093.586	CDI	12,4	135.605
					135.605

Total de ativos financeiros
Passivos financeiros
Debêntures (1.426.857) IPCA 4,17 (59.500)
Cédula de Crédito Exportação - CCE (8.832) CDI 12,4 (1.095)
Cédula de Crédito Bancário - CB (244.741) CDI 12,4 (30.348)
Nota de Crédito Exportação - NCE (4.601) CDI 12,4 (571)
Finance/BNDES (43.341) IPCA 4,17 (1.807)
CPFR (25.477) CDI 12,4 (3.159)
Total de passivos financeiros (1.728.372) (96.480)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido 39.125
Fontes: As informações do CDI e IPCA foram extraído do Boletim Focus com data-base do

monstrações financeiras individuais e consolidadas

quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

último dia útil de março de 2026. **Instrumentos financeiros derivativos:** Conforme definido nas políticas internas, o resultado do Grupo deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de transações no mercado financeiro. Desta forma, a utilização de derivativos deve ter como finalidade exclusiva a proteção das eventuais exposições que ela possa ter decorrente dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo exposto, reconhecido ou não, e que podem afetar o resultado do Grupo, nunca alcançando a posição. O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da divida e/ou dos ativos. Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, o Grupo não manteve posições com os conhecidos instrumentos financeiros derivativos exóticos. O saldo de derivativo contratado durante o exercício e reconhecido pelo seu valor justo está demonstrado abaixo:

Controladora e consolidado - 2026	Vencimento	Nocional - Valor justo - R\$	
		R\$	R\$
Derivativos - Ativo			
Swap de IPCA x CDI	Out/26	12.500	4.230
Swap de IPCA x CDI	Jul/29	120.000	24.252
Swap de IPCA x CDI	Ago/29	200.000	25.431
Swap de IPCA x CDI	Fev/31	100.000	2.843
Swap de IPCA x CDI	Fev/31	170.000	4.101
Swap de IPCA x CDI	Jun/31	200.000	4.491
Swap de IPCA x CDI	Set/32	300.000	8.005
			73.353

Derivativos - Passivo			
Swap de IPCA x CDI	Jun/32	130.000	(878)
			(878)

Controladora e consolidado - 2025	Vencimento	Nocional - Valor justo - R\$	
		R\$	R\$
Derivativos - Ativo			
Swap de IPCA x CDI	Out/26	50.000	6.401
Swap de IPCA x CDI	Jul/29	150.000	19.277
Swap de IPCA x CDI	Ago/29	150.000	13.132
			38.810

Derivativos - Passivo			
Swap de PRE x CDI	Abr/25	60.000	(47)
Swap de IPCA x CDI	Jun/31	200.000	(7.731)
Swap de IPCA x CDI	Fev/31	170.000	(6.761)
Swap de IPCA x CDI	Fev/31	100.000	(3.622)
Swap de IPCA x CDI	Jun/32	130.000	(7.506)
			(25.665)

28. Gerenciamento de capital: A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida do Grupo para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Controladora	2026	2025	Consolidado	2026	2025
Gestão de capital					
Total do passivo	-	-	4.188.989	3.998.919	
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6)	(50)	(1.090.280)	(812.793)	
(=) Dívida líquida (A)	(6)	(50)	3.098.709	3.186.126	
Total do patrimônio líquido (B)	2.234.292	1.929.874	2.628.721	2.270.556	
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	-	-	1,18	1,40	

29. Compromissos: Compromisso de compra de cana-de-açúcar: O Grupo possui diversos contratos de parceria agrícola com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pelo Grupo será determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. **Compromissos futuros:** No exercício findo em 31 de março de 2026, a Companhia possui diversos contratos de venda de mercadoria futura, com o preço fixado em dólares. Dos contratos firmados



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/5EB2-EC3F-A3DB-366A> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5EB2-EC3F-A3DB-366A



Hash do Documento

5211FEEA64638B010BDBE1B8F0AF4DE7F2F0C2BE73B120E50B7BD08D9DB2D24B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/06/2026 é(ão) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 18/06/2026 00:02 UTC-03:00
- Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.646856000000003 Longitude: -46.556301 Accuracy: 141
IP: 172.16.4.22
AC: AC Certisign RFB G5

